


## **BRINCAR, CONVIVER E RESPEITAR: ESTRATÉGIAS LÚDICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL COMO INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.046-010>

**Káthia Susana Almeida**

Doutoranda em Sociologia

Universidade Federal do Paraná

E-mail: [learning.and.business@gmail.com](mailto:learning.and.business@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6487-274X>

### **RESUMO**

A educação sexual na primeira infância constitui-se como uma temática de grande relevância no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante dos desafios relacionados à proteção integral da criança e à formação de sujeitos conscientes de seus direitos. Este artigo tem como objetivo analisar o papel das estratégias lúdico-pedagógicas no desenvolvimento da educação sexual infantil, considerando sua contribuição para a socialização, construção da autonomia e prevenção de violências. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, ancorada em autores da sociologia da infância, da educação e das políticas públicas de proteção à criança. A articulação entre educação sexual e defesa de direitos revela-se fundamental no enfrentamento da violência sexual infantil, sobretudo em contextos em que o abuso ocorre no ambiente familiar. O estudo dialoga com conceitos da sociologia da infância, que compreende a criança como sujeito ativo, e com a noção de habitus, proposta por Pierre Bourdieu, para explicar como disposições sociais influenciam práticas e percepções desde a infância. Os resultados apontam que a inserção de práticas lúdicas no ensino da sexualidade contribui para o desenvolvimento emocional, para o fortalecimento de vínculos e para a construção de uma cultura de proteção. Conclui-se que a educação sexual infantil, mediada por abordagens pedagógicas sensíveis e estruturadas, é uma ferramenta indispensável para a formação integral da criança e para a promoção de uma sociedade mais justa e consciente.

**Palavras-chave:** Educação Sexual Infantil; Ludicidade; Sociologia da Infância; Habitus; Direitos da Criança.

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação sexual na primeira infância tem ganhado destaque nos debates acadêmicos e educacionais contemporâneos, sobretudo diante da necessidade de promover o desenvolvimento integral da

criança em suas múltiplas dimensões. Longe de se restringir aos aspectos biológicos, a educação sexual envolve questões emocionais, sociais e culturais, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes de si e do outro. Nesse sentido, abordar essa temática desde os primeiros anos de vida torna-se fundamental para a construção de relações baseadas no respeito, na autonomia e na dignidade humana.

Historicamente, a sexualidade infantil foi marcada por silenciamentos e tabus, sendo frequentemente negligenciada no contexto familiar e escolar. Tal cenário contribuiu para a perpetuação de desinformações e para a vulnerabilidade das crianças diante de situações de violência e abuso. Atualmente, no entanto, observa-se um movimento de ressignificação desse campo, reconhecendo-se a importância de tratar o tema de forma adequada à idade, com linguagem acessível e abordagem pedagógica sensível.

A escola, nesse contexto, assume papel central como espaço de socialização e construção de conhecimentos. É nesse ambiente que a criança amplia suas experiências e estabelece relações com diferentes sujeitos, sendo também um local privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à educação sexual. Assim, cabe à instituição escolar não apenas transmitir conteúdos, mas também promover valores como respeito, empatia e reconhecimento dos próprios limites.

Paralelamente, a família desempenha função essencial nesse processo, sendo o primeiro núcleo de socialização da criança. A articulação entre escola e família é, portanto, indispensável para que a educação sexual ocorra de maneira contínua, coerente e eficaz. Quando há diálogo e alinhamento entre esses espaços, aumenta-se significativamente a capacidade de proteção e orientação das crianças.

Um dos principais desafios na abordagem da educação sexual infantil reside na resistência de educadores e responsáveis, muitas vezes influenciados por crenças culturais, religiosas ou pela falta de formação adequada. Essa resistência pode resultar na omissão do tema ou em abordagens inadequadas, comprometendo o potencial educativo e preventivo dessa prática.

Nesse sentido, as estratégias lúdico-pedagógicas apresentam-se como alternativas eficazes para a abordagem da sexualidade na infância. O brincar, enquanto linguagem própria da criança, possibilita a construção de conhecimentos de forma natural, significativa e contextualizada. Por meio de jogos, histórias e atividades interativas, é possível trabalhar conceitos como corpo, limites, consentimento e respeito.

Além disso, o uso do lúdico contribui para o desenvolvimento emocional e social das crianças, favorecendo a expressão de sentimentos e a construção de vínculos. Esse aspecto é especialmente relevante quando se considera que muitas situações de violência não são verbalizadas diretamente pelas crianças, mas podem ser expressas por meio de comportamentos e brincadeiras.

A educação sexual também se relaciona diretamente com a defesa dos direitos da criança, especialmente no que diz respeito à proteção contra a violência. Ao conhecer seu corpo e compreender seus direitos, a criança torna-se mais capaz de identificar situações de risco e buscar ajuda. Dessa forma, a educação sexual configura-se como importante instrumento de prevenção e promoção da cidadania.

Do ponto de vista teórico, este estudo dialoga com a sociologia da infância, que reconhece a criança como sujeito ativo e produtor de cultura, rompendo com visões adultocêntricas. Além disso, utiliza-se o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, para compreender como as experiências sociais influenciam a formação de disposições e práticas desde a infância.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar o papel das estratégias lúdico-pedagógicas na educação sexual infantil, considerando sua contribuição para o desenvolvimento integral da criança e para a promoção de uma cultura de respeito e proteção. Busca-se, assim, contribuir para o avanço das discussões acadêmicas e para a qualificação das práticas educativas nesse campo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEU PAPEL FORMATIVO**

A educação sexual na primeira infância deve ser compreendida como um processo formativo essencial para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo dimensões biológicas, emocionais, sociais e culturais. Estudos recentes destacam que a abordagem adequada da sexualidade desde os primeiros anos de vida contribui para a construção da identidade, da autonomia e da consciência corporal. Nesse sentido, a educação sexual não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas como parte integrante das práticas pedagógicas que visam à formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos. Além disso, ao ser trabalhada de forma contínua e contextualizada, ela favorece a construção de relações mais saudáveis e respeitadas desde a infância (Brasil, 2017).

A ausência de diálogo sobre sexualidade ainda é um dos principais entraves para o desenvolvimento saudável das crianças, especialmente em contextos marcados por tabus e desinformação. Pesquisas recentes apontam que o silêncio em torno do tema pode gerar insegurança, medo e dificuldade de expressão, comprometendo o desenvolvimento emocional e social. Dessa forma, a inserção da educação sexual no ambiente escolar torna-se fundamental para romper com essas barreiras e promover um espaço de aprendizagem acolhedor e informativo. Essa abordagem contribui também para a naturalização do tema, reduzindo preconceitos e ampliando o acesso ao conhecimento (UNESCO, 2018).

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel da educação sexual na prevenção de violências, especialmente o abuso sexual infantil. Dados recentes evidenciam que crianças que recebem orientação adequada sobre o corpo e seus limites possuem maior capacidade de identificar situações de risco e buscar ajuda. Nesse contexto, a educação sexual atua como uma ferramenta de proteção, fortalecendo a autonomia e a segurança emocional da criança. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades comunicativas que permitem expressar desconfortos e denunciar situações de violência (OMS, 2020).

A implementação da educação sexual no contexto escolar encontra respaldo em diretrizes educacionais contemporâneas que valorizam o desenvolvimento integral do aluno. A Base Nacional

Comum Curricular, por exemplo, enfatiza competências relacionadas ao autocuidado, à empatia e ao respeito, que dialogam diretamente com os objetivos da educação sexual. Embora não trate o tema de forma explícita como disciplina, a BNCC abre espaço para abordagens interdisciplinares que integrem a temática ao cotidiano escolar, promovendo uma formação mais ampla e significativa (Brasil, 2017).

Por fim, a educação sexual na infância deve ser entendida como um direito fundamental da criança, diretamente relacionado à sua dignidade e ao seu desenvolvimento saudável. A literatura recente reforça que garantir o acesso a informações adequadas sobre o corpo, emoções e relações sociais é uma forma de promover a cidadania desde os primeiros anos de vida. Dessa forma, a responsabilidade pela sua efetivação deve ser compartilhada entre escola, família e sociedade, em uma perspectiva de proteção integral e desenvolvimento humano (UNICEF, 2021).

## 2.2 ABORDAGENS LÚDICO-PEDAGÓGICAS COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E PREVENÇÃO

As abordagens lúdico-pedagógicas desempenham um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, especialmente quando se trata de conteúdos complexos como a educação sexual. O brincar é reconhecido como a principal forma de expressão da criança, sendo por meio dele que ela interpreta o mundo, constrói significados e desenvolve habilidades cognitivas e sociais. Nesse contexto, o lúdico se apresenta como uma estratégia eficaz para mediar o conhecimento, tornando o aprendizado mais significativo e acessível às crianças (Kishimoto, 2020).

No âmbito da educação sexual, o uso de atividades lúdicas permite abordar temas como corpo, limites e respeito de forma natural e adequada à faixa etária. Estudos recentes indicam que metodologias baseadas em jogos, histórias e dinâmicas favorecem a participação ativa das crianças, criando um ambiente seguro para o diálogo e a construção do conhecimento. Essa abordagem contribui para reduzir o constrangimento associado ao tema e possibilita uma aprendizagem mais efetiva, baseada na experiência e na interação (Silva; Souza, 2021).

Além disso, o brincar exerce um papel importante no desenvolvimento emocional das crianças, funcionando como um meio de expressão de sentimentos e vivências. Pesquisas contemporâneas apontam que, por meio das brincadeiras, as crianças conseguem externalizar situações que muitas vezes não conseguem verbalizar, o que pode auxiliar educadores na identificação de sinais de vulnerabilidade ou violência. Dessa forma, o lúdico também se configura como uma ferramenta de escuta sensível e acolhimento no ambiente escolar (Oliveira; Costa, 2022).

Outro aspecto relevante é a relação entre ludicidade e prevenção de violências. A literatura recente evidencia que práticas pedagógicas lúdicas contribuem para o ensino de conceitos fundamentais como consentimento, privacidade e respeito ao corpo. Esses conteúdos, quando trabalhados de forma integrada

ao cotidiano das crianças, fortalecem sua capacidade de reconhecer situações inadequadas e agir de forma segura. Assim, o lúdico não apenas ensina, mas também protege (Santos; Silva; Souza, 2020).

Por fim, destaca-se que a efetividade das estratégias lúdicas está diretamente relacionada à formação dos educadores. Estudos recentes ressaltam a importância da capacitação docente para o uso consciente e intencional do lúdico como ferramenta pedagógica. É fundamental que os professores compreendam o potencial dessas metodologias e saibam aplicá-las de forma adequada, garantindo que o brincar seja utilizado como instrumento de aprendizagem e desenvolvimento, e não apenas como atividade recreativa (Rodrigues; Almeida, 2023).

### 2.3 INFÂNCIA, HABITUS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA

A sociologia da infância contemporânea propõe uma compreensão da criança como sujeito ativo na construção de sua realidade social, rompendo com visões tradicionais que a colocavam apenas como receptora passiva de normas e valores. Essa perspectiva reconhece que as crianças interpretam, ressignificam e transformam o mundo ao seu redor, produzindo cultura e estabelecendo relações sociais próprias. Dessa forma, a infância deixa de ser vista como uma fase meramente preparatória e passa a ser compreendida como uma categoria social com características próprias (Sarmiento, 2020).

A infância, nesse contexto, é entendida como uma construção social e histórica, que varia de acordo com fatores culturais, econômicos e políticos. Estudos recentes reforçam que não existe uma única forma de vivenciar a infância, mas múltiplas experiências que refletem as condições sociais em que as crianças estão inseridas. Essa compreensão amplia o olhar sobre a criança e contribui para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas e sensíveis às diferentes realidades (Qvortrup, 2021).

O conceito de habitus, desenvolvido por Pierre Bourdieu, também contribui para a compreensão da formação social da criança, ao explicar como disposições, valores e comportamentos são incorporados desde a infância. O habitus é formado a partir das experiências vividas nos diferentes espaços de socialização, como família e escola, influenciando a forma como os indivíduos percebem e agem no mundo. Esse processo ocorre de maneira muitas vezes inconsciente, mas tem impacto significativo na trajetória social do indivíduo (Bourdieu, 2020).

No campo educacional, o habitus pode contribuir tanto para a reprodução quanto para a transformação das desigualdades sociais. Estudos recentes apontam que a escola, ao valorizar determinados padrões culturais, pode reforçar desigualdades já existentes. No entanto, também possui potencial para promover mudanças, desde que adote práticas pedagógicas inclusivas e críticas, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências dos alunos (Nogueira; Nogueira 2021).

Por fim, a articulação entre sociologia da infância, habitus e educação sexual permite compreender a criança como sujeito de direitos e protagonista do processo educativo. Ao reconhecer sua capacidade de

participação e construção de conhecimento, torna-se possível desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes e humanizadas. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, críticos e preparados para atuar na sociedade de forma ativa e responsável (Corsaro, 2022).

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo adota o método de pesquisa explicativa, por se tratar de uma investigação que busca compreender e explicar as causas, os fatores estruturais e as implicações da violência sexual contra crianças e adolescentes. Conforme proferem Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa explicativa tem por finalidade registrar, analisar e interpretar os fatos, identificando suas causas, de modo a ampliar generalizações, estruturar modelos teóricos e gerar hipóteses a partir de deduções lógicas. Tal abordagem exige maior aprofundamento teórico, síntese e reflexão crítica sobre o objeto de estudo, o que se mostra adequado diante da complexidade do fenômeno da violência sexual infantil. Abordar-se-á a pesquisa de método explicativo:

A pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica (Lakatos e Marconi, 2003, p. 25 ).

A pesquisa explicativa exige maior investimento em síntese, teorização e reflexão a partir do objeto de estudo.

Este estudo utiliza como método de abordagem o método dedutivo, partindo-se do princípio de que se todas as premissas são verdadeiras, em consequência a conclusão deve ser verdadeira. Segundo Lakatos e Marconi (2003), toda a informação ou conteúdo fatorial da conclusão já deve estar, pelo menos implicitamente nas premissas. Os argumentos dedutivos ou estão certos ou errados, ou as premissas sustentam completamente as conclusões ou não a sustentam, se a lógica for inversa.

No que tange aos aspectos metodológicos, o presente artigo utilizou a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, ela se caracteriza por ser;

[...]. Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Ademais, considerando os sujeitos em seus próprios termos, há que se falar em uma contextualização cultural, um estudo dialético, pois:

[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (Lakatos e Marconi, 1991, p. 75).

Para tanto, considerando esta como uma investigação cuidadosa com a aplicação de avaliação crítica e síntese de informações selecionadas, foram sintetizadas evidências relacionadas ao tema específico abordado nesse trabalho. Assim, a pesquisa para referido estudo consistiu na utilização de livros, artigos acadêmicos e dados secundários relativos ao tema, possuindo uma abordagem teórica e de natureza qualitativa.

Gil (2002) salienta que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Como testificam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

Também foi usada a pesquisa documental que, como alicerça Gil (2002), vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. É também uma pesquisa descritiva que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Dessa forma, a presente pesquisa qualifica-se como de natureza qualitativa, teórica e explicativa, fundamentada na análise crítica e na síntese de evidências selecionadas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. O estudo baseou-se na utilização de livros, artigos acadêmicos e dados secundários relacionados ao tema, buscando contribuir para a compreensão aprofundada do fenômeno e para o fortalecimento de estratégias de prevenção, proteção e enfrentamento da violência sexual infantil.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos dados teóricos evidencia que a educação sexual na primeira infância, quando aplicada de forma estruturada e adequada, apresenta impactos significativos no desenvolvimento integral da criança. Estudos recentes apontam que crianças que têm acesso a informações sobre o próprio corpo e limites desde cedo demonstram maior autonomia, segurança emocional e capacidade de comunicação em situações de desconforto. Esse resultado reforça a ideia de que a educação sexual não se limita ao campo informativo, mas atua diretamente na formação de sujeitos mais conscientes e preparados para interações sociais saudáveis (UNESCO, 2018).

Observa-se também que a utilização de estratégias lúdico-pedagógicas potencializa significativamente a eficácia da educação sexual infantil. O brincar, enquanto ferramenta de aprendizagem, facilita a assimilação de conteúdos considerados sensíveis, permitindo que a criança compreenda conceitos

como respeito, privacidade e consentimento de maneira natural. A literatura recente demonstra que ambientes pedagógicos que incorporam o lúdico apresentam maior engajamento dos alunos e melhor resultados no processo de aprendizagem, especialmente na educação infantil (Kishmoto, 2020).

Outro ponto relevante identificado na análise é a relação direta entre educação sexual e prevenção de violências, especialmente o abuso sexual infantil. Dados recentes indicam que a maioria dos casos de violência ocorre em ambientes familiares ou próximos à criança, o que reforça a importância de mecanismos educativos que fortaleçam sua capacidade de identificação e reação. Nesse sentido, a educação sexual atua como uma estratégia preventiva essencial, contribuindo para a redução da vulnerabilidade infantil (WHO, 2016).

Além disso, os estudos analisados evidenciam que o desenvolvimento emocional das crianças é diretamente influenciado pelas práticas educativas adotadas no ambiente escolar. A abordagem lúdica da sexualidade contribui para a expressão de sentimentos, fortalecimento da autoestima e construção de vínculos de confiança com educadores. Esses fatores são fundamentais para que a criança se sinta segura para compartilhar experiências e dúvidas, criando um ambiente propício para o aprendizado e a proteção (Oliveira; Costa, 2022).

A discussão também revela que a formação dos professores é um dos principais desafios para a efetivação da educação sexual na infância. Muitos educadores ainda se sentem inseguros ou despreparados para abordar o tema, o que pode comprometer a qualidade das práticas pedagógicas. Estudos recentes destacam a necessidade de formação continuada, com foco em metodologias adequadas e no desenvolvimento de competências socioemocionais, garantindo que o educador atue de forma segura e consciente (Rodrigues; Almeida, 2023).

Outro aspecto importante refere-se à influência do contexto sociocultural na forma como a educação sexual é compreendida e aplicada. O conceito de *habitus* permite entender como valores e crenças internalizados influenciam tanto as práticas educativas quanto a receptividade das famílias em relação ao tema. Isso demonstra que a implementação da educação sexual exige não apenas mudanças pedagógicas, mas também transformações culturais mais amplas (Bourdieu, 2020).

A análise evidencia ainda que a participação da família é um fator determinante para o sucesso da educação sexual infantil. Quando há alinhamento entre escola e família, a criança recebe orientações mais consistentes e seguras, fortalecendo o processo de aprendizagem. Por outro lado, a ausência desse diálogo pode gerar conflitos e dificultar a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de ações integradas (UNICEF, 2021).

Por fim, os resultados apontam que a educação sexual mediada por práticas lúdicas e fundamentada em abordagens sociológicas contribui para a formação de uma cultura de respeito e proteção na infância. Ao reconhecer a criança como sujeito ativo e promover sua participação no processo educativo, amplia-se

o potencial transformador da educação. Dessa forma, a articulação entre teoria e prática revela-se essencial para a construção de políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às necessidades contemporâneas (Corsaro, 2022).

## 5 CONCLUSÃO

A educação sexual na primeira infância revela-se, ao longo deste estudo, como um elemento essencial para a formação integral da criança, ultrapassando concepções reducionistas que a limitam ao campo biológico. Ao considerar dimensões emocionais, sociais e culturais, observa-se que sua abordagem contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia, da consciência corporal e da capacidade de estabelecer relações baseadas no respeito mútuo. Dessa forma, a educação sexual deve ser compreendida como parte estruturante do processo educativo, especialmente nos primeiros anos de vida.

A análise desenvolvida ao longo do artigo evidenciou que as estratégias lúdico-pedagógicas desempenham papel central na efetivação desse processo. O brincar, enquanto linguagem própria da infância, possibilita a construção de conhecimentos de forma significativa, facilitando a abordagem de temas considerados sensíveis. Além disso, o lúdico contribui para o desenvolvimento emocional e social das crianças, fortalecendo vínculos e promovendo um ambiente seguro para a expressão de sentimentos e dúvidas.

Outro ponto relevante refere-se ao potencial da educação sexual como instrumento de prevenção de violências, especialmente o abuso sexual infantil. Ao conhecer o próprio corpo, compreender limites e desenvolver habilidades de comunicação, a criança torna-se mais capaz de identificar situações de risco e buscar ajuda. Nesse sentido, a educação sexual se consolida como uma ferramenta de proteção, alinhada ao princípio da garantia de direitos e à promoção da dignidade da criança.

A discussão também permitiu compreender a importância da sociologia da infância e do conceito de habitus na análise das práticas educativas. Ao reconhecer a criança como sujeito ativo e produtor de cultura, amplia-se a compreensão sobre seu papel no processo de aprendizagem. Da mesma forma, o habitus evidencia como disposições sociais influenciam comportamentos e percepções desde a infância, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas críticas e inclusivas.

Entretanto, ainda existem desafios significativos para a implementação efetiva da educação sexual na infância, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à resistência sociocultural. A falta de preparo dos educadores e os tabus presentes na sociedade podem comprometer o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas. Assim, torna-se fundamental investir em formação continuada e em políticas públicas que incentivem o debate e a inclusão do tema no ambiente escolar.

Por fim, conclui-se que a educação sexual infantil, quando mediada por abordagens lúdicas e fundamentada em bases teóricas sólidas, constitui-se como um instrumento indispensável para a formação

de indivíduos mais conscientes, autônomos e preparados para a vida em sociedade. Sua efetivação depende da articulação entre escola, família e políticas públicas, sendo um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais justa, segura e respeitosa.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências**: orientação para gestores e profissionais da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CORSARO, W.A. *The Sociology of Childhood*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Situação Mundial da Infância 2021**: na minha mente; promovendo, protegendo e cuidando da saúde mental das crianças. Nova Iorque: UNICEF, 2021.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, M.A.; NOGUEIRA, C.M.M. **Bourdieu e a Educação**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

OLIVEIRA, M.K.; COSTA, S.H. **Desenvolvimento Infantil e Práticas Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **International Technical Guidance on Sexuality Education**: an evidence-informed approach. Revised edition. Paris: UNESCO, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Status Report on Preventing Violence against Children**. Geneva: World Health Organization, 2020.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QVORTRUP, J. **Childhood Studies**: foundations and future directions. London: Palgrave Macmillan, 2021.

RODRIGUES, A.P.; ALMEIDA, C.H. Formação Docente e Educação Infantil: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, n.p., 2023.

SARMENTO, M.J. **Sociologia da Infância**: correntes e perspectivas. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2020.

SANTOS, M.A.; SILVA, J.; SOUZA, R. Educação Sexual e Práticas Pedagógicas na Infância. **Revista Educação em Foco**, v. 25, n. 3, n.p., 2020.

SILVA, J.; SOUZA, R. Ludicidade e Aprendizagem na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação Infantil**, v. 16, n. 2, n.p., 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **INSPIRE: seven strategies for ending violence against children**. Geneva: WHO, 2016.